

NOVA ÁGUA

Revista de Cultura para o Século XXI

Nº 15 – 1º SEMESTRE 2015

ENSAYO & POESIA | TEMAS & AUTORES

100
ANOS

nos centenários do *ORPHEU*
e da *ARTE DE SER PORTUGUÊS*

I Conferência Cabo-verdiana

"FILOSOFIA, LITERATURA E EDUCAÇÃO"

promovida pelo IILe pela Universidade de Cabo Verde,
em parceria com o Instituto Camões

Zéfiro


A RENASCENÇA PORTUGUESA, O ESCOL DA PRIMEIRA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO E A ORIGEM DO MOVIMENTO SOCIAL E POLÍTICO DA *RENOVAÇÃO DEMOCRÁTICA*

Artur Manso

A crise central da nacionalidade portuguesa deriva da sua impotência para formar escolóis. Uma nação vale o que vale o seu escol'.

[...] O escol não quer dizer uma classe, mas uma série de indivíduos.

FERNANDO PESSOA

1. Fernando Pessoa, a pensar no que Portugal tinha sido, naquilo que se tornou e no que era essencial que viesse a ser, publicou em 1934 o poema *Mensagem* onde, em tempo de mudanças efectivas da política nacional, foi muito além do factual na procura de um sentido ontoteológico da Nação Portuguesa.

Dois anos antes, em 1932, parte do escol formado na primeira Faculdade de Letras do Porto, inaugurada pelo filósofo criacionista Leonardo Coimbra, ajudava a dar forma ao Grupo da Renovação Democrática. Os jovens e promissores intelectuais Álvaro Ribeiro, Delfim Santos, José Marinho, Santana Dionísio e Adolfo Casais Monteiro, abraçavam, agora, um projecto de renovação da organização sócio-político de Portugal. Porventura, desse virtuoso escol, nota-se a falta, no movimento agora surgido, de Agostinho da Silva que, com estes colegas de escola, partilhava o essencial das preocupações sobre Portugal e os portugueses.

Com fins mais práticos que a *Mensagem* pessoana, o projecto da Renovação Democrática juntou um conjunto de jovens idealistas provenientes de diversas correntes de pensamento no sentido de pensar um destino social e político para Portugal. A Faculdade de Letras do Porto, em parte, era como que uma extensão do movimento intelectual portuense, republicano e espiritualista da *Renascença Portuguesa* do qual Leonardo Coimbra, juntamente com Teixeira de Pascoas, tinha sido um dos grandes entu-

siastas. Pedro Veiga (1910-1987) realça o papel futurante desta instituição, dos seus mestres e do escol que em tão pouco tempo soube formar: “A extinção da Faculdade de Letras, o primeiro lar em que se cultivava uma ardida e fremente aspiração democrática, fortalecera a formação de grupos e tertúlias nos cafés da Baixa” (cf. Pedro Veiga, *O movimento da Renovação Democrática ou o novo cenáculo da vida mental portuguesa (1932-1945)*, s/d, Porto, p. 17).

O movimento da *Renovação Democrática* apresentou-se ao público com objectivos bem definidos e tarefas devidamente atribuídas aos seus principais membros para, assim, procederem a uma reforma da sociedade portuguesa segundo o espírito democrata e republicano que tantas expectativas tinha criado desde Outubro de 1910. Entre os republicanos mais fervorosos, o rumo seguido pelos sucessivos governos durante as primeiras décadas de afirmação do novo regime foram, pouco a pouco, defraudando os ideais pelos quais tinham lutado.

Na ambiência de um Estado fraco e frágil, como foi o vigente durante toda a primeira república, surgiam um pouco por todo o lado movimentos de intervenção social e política que se queriam afirmar em ruptura com a herança do passado e como efectiva alternativa ao poder instituído. Entre eles, destacam-se os movimentos doutrinários da *Renascença Portuguesa*, surgida em 1912 e sediada no Porto e aquele que resultou da acção conjunta dos descontentes com o rumo espiritualista que lhe foi imprimido, desembocando, em 1921, na criação da *Seara Nova*, que se estabeleceu em Lisboa.

O espírito da Renascença tinha originado a Faculdade de Letras do Porto, que dava agora aos democratistas parte do escol que então formou. A Renovação Democrática apresentava-se como

herdeira das teorias e ideias divulgadas em diversos movimentos políticos e culturais já firmados em Portugal, destacando a *Renascença Portuguesa* (1912); *Pela Grei* (1918); *Seara Nova* (1921); *Liga de Paris* (1927); o semanário portuense *República* (1928-1930), a revista *Princípio* (1930), os *Cadernos de Cultura e política* (1931) e o *Doutrinal da Geração Moça* (1932), este último da responsabilidade de Pedro Veiga que, nas suas palavras, era um “grande inquérito dirigido aos espíritos representativos da mentalidade contemporânea e dos ideais vanguardistas da nova geração”. O periódico *Voz da Justiça*, sediado na Figueira da Foz, foi também um veículo privilegiado na divulgação e publicação dos dados do inquérito pedagógico que entretanto os seus elementos puseram a circular. Para além destes movimentos, assume, ainda, a herança do pensamento de algumas figuras centrais da portugalidade, relevando, entre outros, Antero de Quental, Teófilo Braga, Basílio Teles, Sampaio Bruno, Raul Proença, João Chagas, Manuel Laranjeira.

2. O movimento da Renovação Democrática foi publicamente apresentado em 1932 por Pedro Veiga, Álvaro Ribeiro, António Alvim e Eduardo Salgueiro, contando desde a primeira hora, com outros destacados membros como José Marinho, Delfim Santos, Mário de Castro, Domingos Monteiro e Lobo Vilela. Eis o conteúdo da

CARTA PÚBLICA

anunciando a constituição do

GRUPO RENOVAÇÃO DEMOCRÁTICA

Lisboa, 16 de Fevereiro de 1932

Sr. Director d...

TEMOS A HONRA DE COMUNICAR

a v. que sob a designação de ‘Renovação Democrática’ se fundou nesta cidade um grupo de propaganda dos ideais democráticos e de estudo das instituições que os devem servir.

A FORMAÇÃO DESTE NÚCLEO PROVÉM da necessidade de actuar na vida política portuguesa segundo métodos diversos dos adoptados no momento actual pelos organismos representativos da acção republicana, para defesa e prestígio da Democracia.

A LUTA PELA DEMOCRACIA DEVE

ser orientada fora da mentalidade burguesa, sem compromissos com o passado histórico da República, nem com as tradições da Propaganda, acima de meros e ocasionais arranjos eleitorais e de plataformas em que se consentem vultos de duvidosa fé política.

LUTAR PELA DEMOCRACIA E

construir instituições que sejam o veículo das aspirações populares e a garantia dos valores espirituais, – e que portanto, não estejam presas aos privilégios burgueses nem a preconceitos materialistas duma velha civilização. Nitidas soluções do dramático desequilíbrio económico contemporâneo são exigidas a todos os defensores da Democracia no mais urgente imperativo moral; a cada partido, como a cada povo, compete resolver os seus problemas de acordo com a vida do Espírito, que é a vida da Liberdade.

ESTES PRINCÍPIOS DOUTRINÁRIOS

Distinguem o novo agrupamento que vai preencher um lugar até hoje abandonado, na intenção de construir uma República que sirva o Mundo que desponta.

AGRADECENDO A PUBLICAÇÃO

desta carta, subscrevemo-nos, com toda a consideração.

ÁLVARO RIBEIRO, ANTÓNIO ALVIM, EDUARDO SALGUEIRO E PEDRO VEIGA

(Cf. Grupo Renovação Democrática, *A organização da democracia – manifesto político*, 1933, p. 7).

Apesar de a carta ser subscrita por quatro individualidades, é-nos dito, em outro lugar que “foi redigida por Álvaro Ribeiro e Pedro Veiga, aos quais se deve também a redacção do Manifesto Político do Movimento. Álvaro Ribeiro com José Carlos Marinho e Delfim Santos foram os pensadores políticos e filosóficos da sua geração, que continuava os adejos filosóficos de Leonardo Coimbra, Sampaio Bruno e Manuel Laranjeira” (*O movimento da Renovação Democrática ou o novo cenáculo da vida mental portuguesa* (1932-1945), p. 16).

O afastamento entre os diversos elementos que constituíam o escol da já extinta Faculdade de Letras do Porto, associado ao centralismo em que a ideologia do Estado Novo fazia assentar a sua acção, terá inviabilizado uma maior projecção

na sociedade portuguesa dos democratistas, que se afirmavam como movimento socializante, reformista e republicano, anti-liberal e anti-corporativo, ideologia que é ainda perpassada por um certo ideal anarquista de que os seus membros eram simpatizantes, à semelhança de Leonardo Coimbra. Para todos eles, pelo menos no plano teórico, a plena liberdade era o bem mais precioso que se poderia ofertar a cada indivíduo, mesmo que boa parte do manifesto da Organização da Democracia contivesse a legislação produzida no sentido de regular as relações de todas as partes que haveriam de constituir a futura República.

Para divulgar as suas ideias, o Movimento criou a Editorial Renovação Democrática com o propósito de publicar a revista com o título *Rebelião*, tendo anunciado uma primeira série de dez números designada de *As negações*, que seriam as seguintes: *Contra o cristianismo*; *Contra o nacionalismo*; *Contra a burguesia*; *Contra o comunismo*; *Contra o liberalismo*; *Contra o academismo*; *Contra o militarismo*; *Contra a universidade velha*; *Sobre a família*; *Sobre a propriedade*.

A rejeição dos princípios em torno dos quais se organizava a sociedade portuguesa era o fermento dos democratistas, tal como fica expresso ao longo do seu manifesto político (cf. *A organização da democracia – manifesto político*, pp. 19 ss), onde se tenta mostrar o que separa o novo grupo de outros movimentos constituídos com os mesmos propósitos, tais como o integralismo lusitano, o nacionalismo, a união nacional, a aliança republicana socialista, o partido socialista, a seara nova, o grupo de estudos democráticos, o movimento operário, o bolchevismo, a ideologia comunista, o liberalismo. Os seus elementos opunham-se assim a quase todas as propostas existentes de organização da sociedade, por considerarem que os seus propósitos eram sectários, excluindo mais do que aquilo que efectivamente incluíam e, em termos gerais, representariam apenas uma determinada ideologia e modo de ver a organização da sociedade. Ao contrário, o propósito dos democratistas era integrar o diverso num conceito mais amplo de povo e de nação, mas sobretudo, tal como os movimentos que criticavam, queriam ser práticos e ter efeitos na sua acção, centrando por isso as suas energias no combate ao liberalismo burguês e à desmesurada influência do clero

na sociedade portuguesa. Para tanto, traçaram como objectivo primeiro a extinção da Universidade existente e a criação de uma nova Universidade que permitisse formar o escol que haveria de derrubar o liberalismo burguês (cf. *ib.*: pp. 29 ss). O directório do Movimento nomeou para as pastas da equipa pedagógica e científica os seguintes elementos: a pasta da Educação teria como coordenador José Marinho; a pasta da Cultura ficaria a cargo de Delfim Santos; a pasta das Artes e Letras seria da responsabilidade de Adolfo Casais Monteiro, enquanto, para Álvaro Ribeiro, estava reservada a pasta da Propaganda, que segundo Pedro Veiga seria “da mais alta importância e ao seu titular era atribuído o título de Magistrado, competindo-lhe velar pela pureza da doutrina democrática e vigiar em todos os sectores (Jornais, Escolas, Academias, Partidos, Partidos...) para que fosse desvinculada de erros e sofismas” (cf. *O movimento da Renovação Democrática ou o novo cenáculo da vida mental portuguesa (1932-1945)*, p. 26, nota (xxxx)).

3. A reforma perseguida assentava, então, numa renovada política científica e cultural, conduzida pela Universidade, não a existente que servia os interesses do poder instituído, mas uma outra que nasceria das ruínas desta, após o seu derrube¹. Com a nova instituição em pleno funcionamento poder-se-ia então “traçar na sociedade portuguesa a linha geral duma nova civilização” (*A organização da democracia – manifesto político*, p. 159), em clara oposição à burguesia, ao liberalismo e ao clero que assentavam o seu poder na Universidade existente. O ideário e a acção dos democratistas tinha por finalidade levar à assunção de “um novo humanismo, uma nova valoração da vida, uma nova reivindicação da alegria de viver, a dignificação do amor e da compreensão, [que] são claros raios duma nova aurora” (*ib.*, p. 161), princípios essenciais que se encontravam sequestrados pela Universidade que tinha uma influência desmesurada na organização da sociedade, pois enquanto estrutura central da instituição política, formava sucessivamente os

¹ Este assunto foi por mim tratado em “O projecto de reforma do ensino superior no Movimento da Renovação Democrática (1932)”, em AA. VV., *Actas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia*, Braga, Uminho – CIED/IEP, 2005, pp. 2873-2884.

herdeiros do escol que se revezava no poder, perpetuando dessa forma, os vícios do velho regime. Reconhecido o poder efectivo da Universidade no destino do povo português, que perpetuava os valores burgueses da organização social, os democratistas apelavam a uma atitude revolucionária (cf. *ib.*, p. 162) que teria que se estender ao combate à moral sexual burguesa e ao instituto do casamento que reduzia a mulher à condição de mãe, retirando-lhe qualquer possibilidade de disputar os lugares de chefia com os homens. As mulheres teriam que ter os mesmos direitos, as mesmas liberdades e as mesmas oportunidades que os homens (cf. *ib.*, pp. 165-166). O combate à desigualdade social aparece, lado a lado, com a defesa da liberdade religiosa e do ensino laico e obrigatório, remetendo para o uso estritamente doméstico a formação religiosa de cada indivíduo (cf. *ib.*, p. 167). Propunham, assim, que os esteios da sociedade igualitária por que lutavam assentassem na finalidade social de toda a produção colectiva, no cooperativismo, nas cooperativas rurais e, também, na iniciativa individual (cf. *ib.*, pp. 169-170), advogando, ainda, a individualização das penas jurídicas e o tratamento dos delinquentes, num estado totalmente laico e numa sociedade anti-militarista (cf. *ib.*, p. 171). A principal instituição da nova sociedade denominar-se-ia Junta de Propaganda Democrática e seria formada por cidadãos de comprovada vocação política, encarregues de desenvolver a actividade cultural e a preparação ideológica, discutindo ideias e rebatendo argumentos reaccionários através de campanhas direccionadas para o efeito com o propósito sempre presente de respeitar a expressão individual, sendo a censura prévia totalmente condenada (cf. *ib.*, p. 172).

Os democratistas, de forma assumida, na senda da velha política da organização romana da sociedade, propunham que a transição do velho para o novo regime “se fizesse por via de um regime transitório, excepcional, por métodos também anormais. Talvez uma ditadura a prazo – um regime de excepção pautado pelas necessidades de momento” (*O movimento da Renovação Democrática ou o novo cenáculo da vida mental portuguesa (1932-1945)*, p. 20).

O Movimento não deixava de reforçar a sua acção em defesa dos seguintes princípios: Substituição

da mentalidade burguesa; Abolição dos privilégios da burguesia; Organização da sociedade segundo princípios democráticos; Garantir a liberdade individual; Luta contra a moral burguesa (cf. *A organização da democracia – manifesto político*, p. 175). Para fortalecer estes pilares, a doutrina democratista propunha que o governo pertencesse simultaneamente a maiorias e minorias, a todos os partidos e a todos os cidadãos (cf. *ib.*, p. 181), organizado em autarquias locais constituídas como sistemas federados de pequenas repúblicas dependentes (cf. p. 202). As autarquias locais surgiam no lugar das paróquias que representavam a organização administrativa católica e das freguesias que eram a incorporação da administração burguesa e anti-solidária (cf. *ib.*, p. 202).

A Renovação Democrática propunha-se, ainda, restaurar a Comuna e o espírito de igualdade entre os cidadãos (cf. *ib.*, p. 203) e, para tanto, as Comunas e os Municípios passariam a funcionar como instrumentos da democracia que haveria de restaurar o espírito municipalista e regional que a Nação tinha que desenvolver (cf. *ib.*, p. 205). Na nova administração local, seria atribuído o regime de cidades livres a Lisboa e Porto (cf. *ib.*, p. 207).

4. Estas eram as linhas gerais do novo plano político que o grupo da Renovação Democrática traçou para Portugal (cf. *ib.*, pp. 211 ss). O programa do Manifesto que tornou público contém quatro partes: a Iª parte estabelece as Leis jurídicas a que a organização política deve ficar submetida (*ib.*, pp. 211-216); na IIª Parte, está inserida a organização da democracia, bem como as leis complementares do Estado (*ib.*, pp. 217-219); a IIIª Parte trata das bases do Estado, da República democrática, da educação, cultura e saúde (*ib.*, pp. 219-225); na IVª e última parte, são inseridos os Estatutos que suportam o programa da Movimento (*ib.*, pp. 225-226). É nítida a interacção entre o programa do Manifesto e o Estatuto da Democracia que se lhe segue que também se divide em quatro partes, as quais revertem para o Manifesto: a Iª Parte trata da nação e da liberdade política (cf. *ib.*, pp. 229-245); a IIª Parte procede à organização do estado (*ib.*, pp. 245-253); a IIIª parte trata da organização nacional, da comuna, do município, da província, das

províncias ultramarinas, das cidades livres (cf. *ib.*, pp. 253-259); na IVª e última parte, inserem-se os princípios da revisão e aprovação do estatuto da Democracia (cf. *ib.*, pp. 260-261).

Esta foi, então, uma resposta no mesmo campo, das leis e estrutura da república, à nova organização da sociedade portuguesa instituída pelos políticos que a comandavam, ou seja, o regime autoritário e corporativista iniciado por Salazar. Não resta qualquer dúvida da ligação do escol saído da primeira Faculdade de Letras do Porto, que iniciou a sua leccionação em 1919 e foi encerrada por decreto de 12 de Abril de 1928 e o ideário social e político que marcou o aparecimento da *Renovação Democrática*. Com a leitura deste Manifesto, fica clara a vontade de uma nova geração, educada sob o influxo de um pensamento genuinamente português se acercar dos meandros do poder para efectivamente o reformar, mesmo que a formação e a preocupação da maior parte dos seus membros, no essencial, não fosse económica, nem tão pouco jurídica. Tinham ideias, sabiam o que queriam e tinham vontade de pôr em prática as linhas mestras do novo ideário que propunha uma profunda transformação da sociedade portuguesa. O Manifesto encontra-se imbuído de boas intenções e de um conjunto de propostas que dificilmente poderiam ser concretizadas pelo seu carácter utópico e pouco prático. Também a ideia que corria na quase totalidade destes elementos de que o mal essencial da Nação residia na Universidade não parece ser a mais sensata. Só espíritos jovens e sonhadores poderiam, em poucos meses ou escassos anos, pensar que das cinzas da Universidade poderiam erguer outra instituição que suportasse o novo ideário sócio-político. Os democratistas têm a virtude de querer agregar a multiplicidade e a ingenuidade de quem pensa que as suas propostas são melhores do que as outras e por isso, naturalmente, serão aceites por quase todos. Como lembrava, na hora do balanço, o seu principal proponente, Pedro Veiga

“O programa da Renovação Democrática, o primeiro dos três manifestos – o político, o pedagógico e o económico – em que este movimento queria fixar as suas ideias fundamentais, tem o merecimento de dotar, com todo o seu irrealismo,

o seu altruísmo humano, o seu fundo utópico, o seu provado amor pelas longínquas conquistas de antiguidade, a doutrina e o pensamento especulativo português duma doutrina original, forte, amplamente arquitectónica, não só portuguesa, mas até mundial. A nossa literatura de ideias não estava habituada a tais cavalarias, acostuada como estava a seguir os dictames das escolas estrangeiras, não só nos domínios da ficção e da poesia, mas até nos da vida superior do espírito.”

(O movimento da Renovação Democrática ou o novo cenáculo da vida mental portuguesa (1932-1945), p. 18)

5. Esta é, assim, mais uma *mensagem* de renovação da totalidade da Nação num tempo de redefinição de Portugal, em oposição à ideologia dominante que marcaria a vida dos portugueses durante mais de quatro décadas. Ante as circunstâncias que originaram o grupo da *Renovação Democrática* e a riqueza teórica dos documentos que os seus membros produziram e conheceram publicação, temos um acervo de ideias e fundamentos que ligam o movimento sócio-cultural da Renascença Portuguesa a um verdadeiro apostolado em prol da reforma social e política de Portugal.

Não se conhece nenhum cargo político de relevo a qualquer dos seus elementos, mas o combate em torno de um desígnio futurante para o nosso país, uniu, ainda que de forma um tanto ou quanto utópica e porque não dizê-lo angustiante, como se verifica, nem sempre com a razão do seu lado, no acérrimo combate à instituição universitária, parte do escol da Faculdade de Letras do Porto, num propósito alargado de pensar Portugal e o seu futuro, partilhando ideias e apresentando soluções conjuntas sobre o que tinha sido, aquilo que era e o que desejavam que Portugal fosse.

Os democratistas, juntamente com o elencar das questões de ordem prática quanto à organização da política nacional, nomeadamente com a elaboração de um novo sistema constitucional adequado à organização da sociedade que se desejava construir, apresentam-nos um ideário de base que vai para além do factual e do imediato e se prende com o pensar das origens mais profundas de um povo e do seu destino, neste caso, do povo português.